

# INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA: CONTRIBUIÇÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE UMA PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM FORTALEZA (CEARÁ)

Marielle Sâmia de Lima Oliveira<sup>1</sup>  
Diná Ester Batista do Nascimento<sup>2</sup>  
Francisco Mirtiel Frankson Moura Castro<sup>3</sup>  
Cíntia Silva Salazar Guimarães<sup>4</sup>

## RESUMO

Este estudo, realizado em 2024, tem como objetivo compreender práticas pedagógicas desenvolvidas por uma professora de um Centro de Educação Infantil (CEI) que leciona na rede municipal de Fortaleza-Ceará para incluir crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nos apoiamos em documentos oficiais da legislação educacional brasileira, dentre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001) e nas contribuições de Mantoan (2003) para tratar sobre inclusão escolar, dentre outros documentos e autores. Numa perspectiva qualitativa, realizamos aproximação com análise documental e como aporte o método história de vida. Para o alcance do objetivo, realizamos entrevista narrativa com uma professora que leciona numa turma de Infantil III na referida rede de ensino. Os resultados da pesquisa evidenciam que as práticas pedagógicas da profissional participante do estudo têm como ponto de partida a identificação do hiperfoco das crianças com TEA. Nesse cenário, a docente proporciona a inclusão por meio de recursos como jogos, letras e números móveis, brinquedos propondo vivências e experiências que despertem o interesse e fomentem a aprendizagem bem como o desenvolvimento das crianças com TEA. Ademais, a professora participante ressalta a necessidade de formação continuada voltada para inclusão para os docentes da rede municipal de ensino de Fortaleza lecionar em turmas da Educação Infantil que têm crianças com TEA.

**Palavras-chave:** Inclusão, Educação Infantil e Prática Pedagógica.

## INTRODUÇÃO

Este estudo foi realizado em 2024 e tem como objetivo compreender práticas pedagógicas desenvolvidas por uma professora da Educação Infantil, que leciona em um Centro de Educação Infantil (CEI), da rede municipal de Fortaleza-Ceará, para incluir crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Elencamos como principal aporte teórico Mantoan (2003) para tratar sobre inclusão, documentos oficiais da

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação Infantil pela Universidade Cândido Mendes, mariellesamia@gmail.com;

<sup>2</sup> Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará, dinahnascimento@yahoo.com.br;

<sup>3</sup> Pós-Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará, mirtiel frankson@gmail.com;

<sup>4</sup> Mestra em Ensino e Formação Docente pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, cintiassalazag@gmail.com.



legislação educacional brasileira, dentre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN de 1996 (Brasil, 1996) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001) além de Franco (2015) para tratar sobre prática pedagógica.

A Educação Básica brasileira é formada pela Educação Infantil, pelo Ensino Fundamental (EF) e pelo Ensino Médio (EM). Em relação a Educação Especial, ela é regulamentada como modalidade de ensino, por meio da LDBEN de 1996 (Brasil, 1996) e se apresenta como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, modalidades e etapas da educação.

A referida lei assevera que por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), busca oferecer um melhor desenvolvimento às crianças com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1996).

A LDBEN de 1996, em seu Capítulo V, Art. 58, define a Educação Especial como sendo uma “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996).

Em face à garantia de direitos para esse público, é especificado na Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), em seu art. 3º, que a Educação Especial é uma modalidade da educação escolar, entendida como um processo educacional. Esse processo é definido por uma proposta pedagógica que deve assegurar recursos e serviços educacionais especiais e que sejam organizados de modo institucional visando apoiar, complementar, suplementar e, há casos em que há substituição dos serviços educacionais comum, no intuito de garantir a educação escolar e fomentar o desenvolvimento das potencialidades dos discentes que apresentarem necessidades educacionais especiais, como é o caso de discentes com TEA.

Em relação ao autismo, o DSM-5<sup>5</sup> divide o autismo em níveis diferentes, conforme algumas condições apresentadas pelo indivíduo autista. Assim, o autismo é separado em graus (1, 2 e 3) ou autismo leve, moderado e severo. Tomando por base as especificidades do DSM-5, a escola e os docentes podem realizar adaptações

---

<sup>5</sup> Sigla para Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Trata-se de um manual diagnóstico e estatístico feito pela Associação Americana de Psiquiatria para definir como é feito o diagnóstico de transtornos mentais.



curriculares para adequar o currículo às especificidades dos alunos com TEA. Além de fomentar formação continuada para os profissionais.

Para Mantoan (2003), a inclusão implica mudança do atual paradigma educacional para que se encaixe no mapa da educação escolar que está sendo traçado. Documentos que norteiam a prática pedagógica de docentes da rede municipal de Fortaleza, dentre eles o Documento Curricular Referencial de Fortaleza (DCRFor) de 2024 (Fortaleza, 2024) reforça sobre a inclusão nas práticas pedagógicas, o apoio da família e nas dificuldades e potencialidades que os alunos com TEA apresentam, considerando a neurodiversidade e a singularidade dos alunos com autismo, a aula deve ser centrada nesses discentes, voltada para atender as necessidades deles bem como inclui-los no contexto escolar.

Em relação à prática pedagógica, para Franco (2015, p.604) “os processos de concretização das tentativas de ensinar-aprender ocorrem por meio das práticas pedagógicas”. Para a autora, as práticas que se organizam intencionalmente para consolidar determinadas expectativas educacionais são práticas pedagógicas e no processo de ensinar-aprender, coexistem resistências e resignações; bem como aprendizagens e possibilidades.

As práticas pedagógicas atuam a partir do diálogo inesgotável, crítico e reflexivo estabelecido entre os múltiplos sujeitos, entre intencionalidades e ações, pondera Franco. Salientamos que a prática pedagógica dos docentes da rede pública municipal de ensino de Fortaleza é norteada por documentos da legislação educacional, dentre os quais mencionamos a Base Nacional Comum Curricular de 2017 (Brasil, 2017), além do DCRFor de 2024 (Fortaleza, 2024), aludido anteriormente.

Constatamos previamente que o número de crianças com TEA matriculadas na rede municipal de ensino vem crescendo consideravelmente, e estudos mostram que os docentes desta rede municipal de ensino, em sua maioria, se sentem cada vez mais desafiados a buscar práticas pedagógicas para melhor atender essas crianças.

Estudos mostram que são grandes os desafios dos docentes ao lecionarem em turmas com alunos com necessidades específicas, em que muitas vezes são desprovidas de materiais e recursos didáticos adequados para promover a aprendizagem do aluno.

Nesse cenário, entendemos a necessidade de tratar sobre formação continuada, pois esse tipo de formação foi mencionada pela professora que participou da pesquisa. Acreditamos que a formação continuada contextualizada com a realidade na qual os professores estão inseridos, bem como com as especificidades e necessidades



educacionais dos alunos, pode contribuir para o professor refletir e aprimorar sua prática pedagógica já desenvolvida.

Há de se considerar que o marco inicial da formação continuada de professores no Brasil nos preceitos da legislação educacional foi a LDBEN de 1996 (Brasil, 1996). A referida lei prevê a promoção da formação continuada em regime de parceria nos âmbitos federal, estadual e municipal e permite a inserção de recursos e tecnologias de educação a distância para fomentar essas formações, bem como a capacitação dos docentes.

No tocante a formação continuada no município de Fortaleza, o Plano Municipal da Educação publicado em 24 de junho de 2015, tem como uma das metas assegurar formação continuada na área de atuação, a todos os profissionais da educação básica, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos Sistemas de Ensino. O documento aponta que como estratégia, mediante oferta gradativa, considerando o período a partir do primeiro ano de vigência do Plano, através de programas de formação continuada em serviço para todos os profissionais da educação.

Assim, os professores da rede municipal de Fortaleza participam de formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Fortaleza que ocorrem em espaços externos à instituição de ensino que lecionam, são as chamadas “Formação do Distrito de Educação” e esse tipo de formação também ocorrem nas instituições de ensino em que os profissionais trabalham e são chamadas de “Formação em Contexto”.

Ao que se refere ao ponto de vista educacional, os resultados deste estudo podem ser úteis à área da Educação, da Pedagogia e da Didática, dentre outras áreas, tendo em vista que tratamos sobre uma temática que merece atenção da sociedade brasileira. A partir de estudos realizados anteriormente e dos nossos resultados poderão ser desenvolvidas ações visando aprimorar a prática pedagógica de professores da Educação Infantil que lecionam na rede pública de Fortaleza e de outras redes de ensino em turmas que têm crianças com TEA.

Nesse contexto, esse estudo se justifica, pois tratamos sobre uma temática que está em pauta e em discussão política e governamentais e também devido ao crescimento de alunos com TEA na rede pública municipal de Fortaleza, constatado em um levantamento prévio feito no final do ano de 2023, período de matrícula para o ano letivo de 2024 nesta rede de ensino, que evidenciou que houve crescimento no número de matrículas de alunos com TEA, conforme mencionado anteriormente.



Este estudo está organizado em três seções. Inicialmente apresentamos a introdução, acima descrita, na qual expomos a temática. Posteriormente, discorreremos sobre a metodologia. Na terceira seção tratamos sobre os resultados e discussão, seguida das referências.

## METODOLOGIA

Em relação à abordagem metodológica, Ghedin e Franco (2011), afirmam que cada abordagem, seja ela qualitativa ou quantitativa, envolve técnicas, *estratégias* (ações do sujeito/objeto de estudo) e *procedimentos táticos* (ações desenvolvidas pelo pesquisador no processo de investigação), considerados como a base dos dados fundamentais para analisar o objeto investigado.

Assim, numa perspectiva qualitativa, para o alcance do objetivo, foi realizada uma entrevista oral com uma professora que leciona em um Centro de Educação Infantil (CEI), no município de Fortaleza, em uma turma do Infantil III que têm crianças com TEA.

Foram realizadas as seguintes fases para desenvolver a pesquisa com a professora colaboradora: **Apresentação do tema; Elaboração da narrativa oral**, por meio de entrevista narrativa oral individual e por telefone (os áudios foram gravados mediante autorização da participante e o anonimato foi garantido mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE); **Transcrição**, realizada pelos pesquisadores e em seguida enviada para a professora colaboradora e após o retorno das transcrições, teve início a **Análise de dados** tendo como aporte o referencial teórico elencado na pesquisa e outros referenciais que surgiram no relato da professora.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme aludido anteriormente, a professora participante da pesquisa leciona em um CEI da rede municipal de Fortaleza e um dos pesquisadores deste estudo também leciona na referida instituição. Nesse cenário, foi necessário informar e apresentar a pesquisa ao grupo gestor da escola.

A profissional participante é formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), tem experiência em Educação Infantil, e atua há 10 anos em Centros de Educação Infantil da rede municipal de Fortaleza. Atualmente, a profissional leciona em





uma turma do Infantil III, que funciona em regime de tempo integral. Na ocasião da pesquisa, a turma tinha 14 crianças matriculadas, das quais 5 são diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Dando continuidade, apresentaremos o relato da professora participante sobre sua prática pedagógica para inclusão das crianças com TEA da turma que ela leciona. Salientamos que o CEI e o nome da profissional não serão divulgados e ela será chamada de “Professora”. Vejamos o relato a seguir:

Inicialmente, as propostas pedagógicas eram desenvolvidas de forma igual para todas as crianças. Entretanto, observei que as crianças com TEA apresentavam resistência em participar de atividades como rodas de conversa, atividades escritas e sensoriais. Apesar dessa resistência, ao trabalhar os conceitos abordados em sala, percebi que as crianças com TEA respondiam aos questionamentos, demonstrando que acompanhavam o conteúdo, mesmo sem estarem diretamente envolvidas nas atividades (Professora).

A literatura mostra que o professor pode desenvolver um olhar atento para identificar o hiperfoco de cada criança, a fim de planejar propostas que dialoguem com seus interesses e necessidades específicas. Mantoan (2003, p.31), afirma que:

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que possam formar gerações mais preparadas, para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos.

A inclusão é um processo que envolve toda a comunidade escolar, uma vez que para que as crianças se sintam acolhidas é necessário um olhar atento diante de todas as suas possibilidades e desafios.

Na ocasião da entrevista, a professora participante relatou a vivência em que utilizou o jogo eletrônico “Inglês em ação” que consistia em associar cartas com gravuras de objetos, animais e meios de transporte aos seus respectivos nomes em inglês. O jogo reproduzia o som das palavras, também em inglês.

Uma vivência que fiz usando o jogo eletrônico Inglês em ação, o comportamento de uma criança com TEA chamou a minha atenção. Vi que, do seu lugar, a criança começou a repetir as palavras, demonstrando grande interesse pela atividade. O jogo usado foi um hiperfoco para a criança. Ao perceber o envolvimento e o entusiasmo da criança, a passei a deixar o jogo ao seu alcance, permitindo que ela manipulasse o jogo sempre que desejasse (Professora).



Ainda sobre sua prática pedagógica para inclusão das crianças da turma com TEA, a docente relatou:

O relato da professora está em consonância com o que versa o documento norteador da prática pedagógica dos professores da Educação Infantil que ressalta que é necessário que o profissional para atuar com crianças com deficiência tenha, além de sua formação acadêmica sobre o tema, é necessário que o profissional tenha comprometimento pessoal com a educação inclusiva.

Destacamos que atividades planejadas de maneira intencional, conforme ressalta Franco (2015), considerando o interesse e as especificidades das crianças com TEA, certamente, contribuíram significativamente para o desenvolvimento cognitivo e social do grupo como um todo.



Por fim, destacamos o trecho em que a professora menciona sentir falta de mais formações continuadas voltadas para o professor lecionar em turmas que têm crianças com TEA, evidenciando a importância desse tipo de formação. Vejamos o trecho: “sinto falta de mais formações continuadas da prefeitura específicas para o professor trabalhar com esse público porque a quantidade de crianças com TEA aumenta a cada ano” (Professora).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo, compreendemos práticas pedagógicas desenvolvidas por uma professora da Educação Infantil, que leciona em um Centro de Educação Infantil (CEI), da rede municipal de Fortaleza-Ceará, para incluir crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com base nos dados coletados, constatamos que as crianças com TEA concluíram o ano letivo apresentando avanços significativos no reconhecimento dos números, das formas geométricas e das vogais, bem como o reconhecimento e escrita do nome. Evidenciando que a prática pedagógica da professora participante favoreceu a inclusão, o aprendizado e o desenvolvimento das crianças com TEA.

A pesquisa evidenciou a relevância da formação continuada de docentes voltadas para o trabalho pedagógico com crianças com TEA, possibilita o desenvolvimento de práticas pedagógicas intencionais e adequadas às necessidades das crianças com esse transtorno. O estudo teórico e prático nessa área constitui um elemento essencial para o fortalecimento das ações educativas, pois acreditamos que as transformações almejadas na qualidade da educação somente serão alcançadas mediante o investimento na formação dos professores e na oferta de suporte pedagógico efetivo — como a presença de profissionais de apoio, o funcionamento adequado das salas de recursos multifuncionais e a disponibilização de materiais pedagógicos acessíveis e diversificados.

De modo geral, os resultados da pesquisa apontam que o planejamento pedagógico, aliado a práticas contextualizadas e significativas, potencializa o aprendizado e promove a participação efetiva de todas as crianças, com e sem TEA. Essa experiência reforça a importância de uma docência sensível às diferenças e comprometida com a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, capaz de valorizar as potencialidades de cada sujeito e de favorecer o desenvolvimento integral na Educação Infantil.





Ademais, acreditamos que a partir de estudos realizados anteriormente e dos resultados desta pesquisa poderão ser elencadas e desenvolvidas ações visando aprimorar as práticas pedagógicas de professores que lecionam na Educação Infantil em turmas que têm crianças com TEA.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 1988.

BRASIL. [Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996]. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Brasília: DF, 1996. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em 10 dez. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. [Resolução Nº 2, de 11 de Setembro de 2001], que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, set. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022015000300601&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015000300601&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 dez. 2024.

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Educação (SME). **Documento Curricular Referencial de Fortaleza (DCRFor)**. Fortaleza: SME, 2024.

FORTALEZA. Lei nº 10.371 de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação 2015-2025, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e revoga a Lei nº 9441, de 30 de dezembro de 2008, do Poder Executivo Municipal. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, CE, 2015. Disponível em: [http://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/files/2018/PME\\_2015\\_2025.pdf](http://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/files/2018/PME_2015_2025.pdf). Acesso em: 10 dez. 2024.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões do método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escola).

